

Alemanha adere à nova moratória contra os transgênicos na UE

Roberto Tenório

O anúncio feito ontem pela Alemanha sobre a decisão de proibir em seu território o cultivo do milho transgênico MON810, da Monsanto, reforçou a tese de retomada na disputa comercial entre o bloco europeu e os americanos. A alegação do governo alemão é que o insumo apresentaria riscos ambientais. Porém, a ausência de embasamento técnico para a decisão é apontado por especialistas como a maior evidência de disputa mercadológica. Com isso, o grupo dos países europeus que não utilizam a tecnologia da empresa americana subiu para seis, somando, além da Alemanha, França, Áustria, Hungria, Grécia e Luxemburgo, que já haviam vetado o plantio do MON810.

"Cheguei à conclusão de que existem motivos legítimos para aceitar que o milho transgênico da variedade MON810 constitui um perigo para o meio ambiente", disse Ilse Aigner, ministra da Agricultura da Alemanha.

Os governos da União Europeia (UE) respaldaram proibições semelhantes por parte da Áustria e da Hungria no mês passado, num golpe contra a Comissão Europeia, o órgão regulador do bloco, que argumentou que medidas destinadas a barrar o milho eram injustificadas, uma vez que os cientistas tinham concluído que os produtos eram seguros para os consumidores e o meio ambiente. A comissão preferiu não revelar se vai tentar derrubar a proibição alemã. A comissão vai analisar a medida da Alemanha e "decidir sobre as iniciativas de continuidade mais cabíveis", disse Nathalie Charbonneau, porta-voz da comissão, à imprensa ontem em Bruxelas.

A Monsanto afirmou ontem por meio de sua assessoria de imprensa que "a justificativa para a proibição não está na segurança do produto, uma vez que possui experiência de mais de 11 anos de uso da tecnologia aprovado pela própria autoridade regulatória alemã. A companhia irá analisar as opções existentes para garantir aos agricultores alemães o direito de desfrutar dos benefícios do cultivo da variedade na safra deste ano naquele país".

Reginaldo Minaré, advogado e diretor jurídico da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), conta que o histórico da UE com os transgênicos sempre apresentou complicações. "A comissão europeia não tem nenhuma proibição normativa contra o produto e mesmo assim não esgotam o tema. Vejo isso tudo mais como uma ferramenta de pressão comercial do que algo nocivo à saúde humana e ao meio ambiente". Ele conta ainda que o conflito pode ter surgido porque os estudos em biotecnologia estão mais avançados nos Estados Unidos, enquanto a Europa possui grandes indústrias de agroquímicos. Lembra ainda que as disputas entre os europeus e americanos ficaram evidentes a partir da moratória estabelecida pela UE em 1998.

A partir da ação movida por Estados Unidos, Canadá e Argentina, a Organização Mundial de Comércio (OMC) determinou em 2006 que a moratória declarada pela UE sobre novos produtos transgênicos, que se estendeu de 1998 a 2004, era ilegal. Desde então, os EUA vêm manifestando preocupação com a continuidade das barreiras ao mercado impostas pela UE. Segundo as normas da OMC, o governo dos EUA, tem direito de adotar medidas de retaliação.

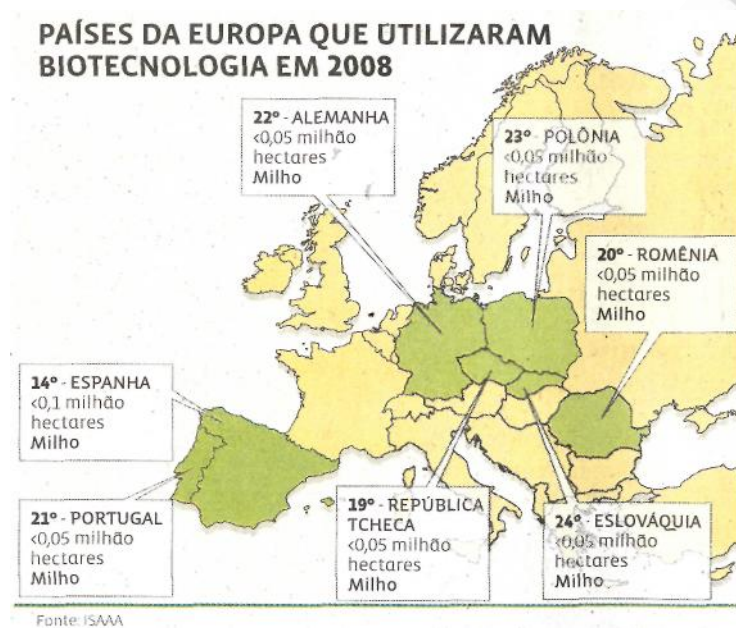
"Para o Brasil isso é muito bom. Quanto menos eles plantarem maiores são as oportunidades do produtor exportar", afirma Alda Lerayer, diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB). Segundo disse, não há justificativa técnica que embase o discurso político do governo alemão. Para ela, a questão é ideológica e tem o objetivo de satisfazer parte da opinião pública. "A prova dessa conotação política é que a importação continua livre", completa.

Minaré, da ANBio, afirma que a decisão não terá reflexos no Brasil, pois a avaliação técnica aborda a questão ambiental até a saúde humana. "Basicamente, somente estudos amplos ou avaliações dos prejuízos econômicos e sanitários podem inviabilizar o comércio de um produto".

Baixa produtividade

Estudo realizado pela União dos Cientistas Preocupados (UCS, pelas iniciais em inglês), instituição sem fins lucrativos ligada ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), demonstrou que o uso de sementes transgênicas de soja e milho têm pouco efeito no aumento da produtividade agrícola, promovendo, em vez disso, a proliferação de ervas daninhas resistentes a herbicidas que efetivamente reduzem a produção.

Conforme o estudo, as plantas transgênicas aumentaram o número de ervas daninhas resistentes ao glifosato que concorrem por nutrientes e umidade do solo, reduzindo assim a produção. "Não se espera que nenhum dos atributos aumente a produtividade potencial ou intrínseca, e, na verdade, não há virtualmente qualquer prova de que tenham atuado nesse sentido. No geral, os rendimentos do milho e da soja cresceram significativamente nos últimos 15 anos, em grande parte por causa do cultivo tradicional ou à melhoria de outras práticas agrícolas", concluiu o estudo.



Fonte: Gazeta Mercantil, São Paulo, 15 abr. 2009, Finanças & Mercados, p. B13.